



Prezados Gestores e Prezadas Gestoras,

Manifestamos extrema preocupação com a gestão de combate aos incêndios que assolam o Complexo de Áreas Protegidas do Pantanal, nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, Sítio do Patrimônio Natural da Humanidade (UNESCO, 2002).

Trata-se de uma área que constitui o maior sistema inundado contínuo de água doce do mundo e um dos ecossistemas mais ricos em vida silvestre. Detentor de uma paisagem que, formada por ecossistemas particulares e tipicamente regionais, constitui uma das mais exuberantes e diversificadas reservas naturais do planeta. Sua constituição é resultado da separação do oceano há milhões de anos, formando o que se pode chamar de mar interior. A planície pantaneira é levemente ondulada, pontilhada por raras elevações isoladas, e rica em depressões rasas. Seus limites são marcados por variados sistemas de elevações como chapadas, serras e maciços, sendo cortado por grande quantidade de rios pertencentes à bacia do rio Paraguai. Circundado do lado brasileiro por terrenos de altitude entre 600 e 700 metros, o Pantanal estende-se, a oeste, até os contrafortes da Cordilheira dos Andes e se prolonga, ao sul, pelas planícies pampeanas. Devido à baixa declividade da planície pantaneira, as águas oriundas das cabeceiras do rio Paraguai chegam a gastar quatro meses ou mais para atravessar todo o Pantanal. Nesse percurso, formam extensas áreas inundadas, que servem de abrigo a inúmeras espécies da fauna e da flora. Inclusive, muitos animais ameaçados de extinção em outras partes do Brasil ainda possuem populações vigorosas na região pantaneira<sup>1</sup>.

O Pantanal é um dos 34 hotspots mundiais, com uma biodiversidade extremamente rica, pois nele se encontram “3500 espécies de plantas vasculares, mais de 400 espécies de aves, 325 de peixes, sem falar em mamíferos e répteis como a capivara, o jacaré, a lontra gigante, o cervo do pântano”. Entre as aves se veem o cabeça-seca, a garça-branca-grande, a garça-cinza, o tabuiaíá, a garça-branca-pequena e o tuiuiú. As populações locais, em particular as comunidades indígenas e ribeirinhas dependem dessa diversidade, em particular da pesca, que é a forma de sustento de famílias de baixo poder aquisitivo.

Os incêndios no Pantanal ameaçam, além de toda a diversidade ambiental única desse local, a vida de povos indígenas, quilombolas, pescadores artesanais, ribeirinhos e extrativistas, forçam a remoção dessas comunidades de suas moradias e territórios, intensificam os conflitos historicamente existentes e agravados com a pandemia, conforme se verifica abaixo em matéria do El País de 21/08/2020:

Um cheiro de mato queimado entrou pela janela da casa de Zulmira Maria Lucia, de 67 anos, residente de Mata Cavalo, comunidade quilombola, situada no Pantanal, em Mato Grosso, no oeste do Brasil. “O fogo apareceu muito rápido e arriou todo o pasto. Perdemos tudo, a roça de banana e outras plantações”, conta Zulmira, sobre sua comunidade e as outras 28 vizinhas, onde vivem 40.000 quilombolas. Uma das casas mais atingidas é a da família de Maria da Paz, que perdeu todo o pasto e a cana-de-açúcar no

<sup>1</sup> Site do IPHAN: Complexo de Áreas Protegidas do Pantanal (MT/MS). Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/40> [cons. 04 set. 2020]



incêndio e precisará comprar ração para alimentar o pequeno rebanho de dez animais. Da porta da varanda, Maria da Paz, segura o neto recém-nascido no colo. Tânia, a mãe do bebê, está internada com covid-19. Maria levanta os olhos cheios de água e faz um sinal de que não podemos nos aproximar por causa do bebê. Ela aponta para a área queimada e diz de forma lacônica: “Também perdemos tudo, o fogo chegou até aqui”, mostra, apontando para as marcas que os incêndios deixaram perto de casa<sup>2</sup>.

O fogo consome a flora, a fauna, os cultivos e o patrimônio genético legado por essas comunidades, retira a sua subsistência e a fonte de geração de renda, retira a possibilidade do manejo tradicional do meio ambiente associados a reprodução cultural das práticas, saberes e modos de fazer, classificados como patrimônio imaterial.

No mês de julho os focos de calor foram superiores a 1.600 ocorrências, o maior desde o início do monitoramento pelo INPE. Em agosto o número foi de 2.170 focos de calor em apenas 10 dias. Os locais de origem de 55% dos focos de calor estão cadastradas como propriedades rurais e 98% dos incêndios no Pantanal são provocados por ações humanas (Ibama/Prevfogo), em especial para a limpeza de pastagens, queima de material de desmatamento e das estradas. Em razão das secas o recuo da planície alagada ocasionada pelo baixo nível de água dos rios em 2019 e 2010, propicia o desmatamento, o acúmulo das leiras, a combustão de material sólido e a propagação do fogo<sup>3</sup>.

O governador do estado de Mato Grosso, ao lado do ministro de meio ambiente, no final do mês de agosto afirmou que “Os incêndios já consumiram 6% do Pantanal”.

Em larga medida, a falta de prevenção indica negligência, em 2019, os 3,2 milhões de hectares queimados entre Bolívia, Paraguai e Brasil entre agosto e setembro e as previsões climáticas para 2020, sinalizavam para o que acontece hoje. A situação atual permite apontar que os estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul falharam ao não planejar, aprovisionar, aprimorar a execução das seguintes ações de prevenção e combate ao fogo: elaboração de planos específicos para cada um dos Estados do Pantanal; combate ao fogo de forma cooperada e articulada com prefeituras, Ibama, Marinha e outros órgãos; investimentos em fiscalização e formação de brigadistas locais; previsão e inclusão de proteção das unidades de conservação.

É cabível ressaltar que a carência, vacância ou inércia do poder público para com ações preventivas, incorre em outro grave perigo, elevar a exposição e a vida dos combatentes do fogo aos grandes incêndios, a fumaça e a pandemia em situação crítica dificultada para cumprir rígidos protocolos de segurança.

Situa-se que o nível dos rios e, por conseguinte o fluxo de água que enche a planície alagada são os maiores agentes de contenção e controle do fogo no pantanal,

---

<sup>2</sup> El País. 22/08/2020. Juliana Arini. O Pantanal queima e aumenta a pressão sobre a gestão ambiental no Brasil: Queimadas recorde mudaram o cenário até da capital mato-grossense, a 200 quilômetros da reserva, com o tradicional céu azul de Cuiabá tingido de cinza. Fogo ameaça araras-azul. <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-08-21/o-pantanal-queima-e-aumenta-a-pressao-sobre-a-gestao-ambiental-no-brasil.html>

<sup>3</sup> a) <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-08-21/o-pantanal-queima-e-aumenta-a-pressao-sobre-a-gestao-ambiental-no-brasil.html>; b) <https://eco.org.br/as-6-causas-principais-da-tragedia-dos-incendios-no-pantanal/>



desde 2019 esse limitador de incêndios não vinha se impondo e acenava situações graves para 2020.

As causas do rio não encherem remete a uma série de fatores antrópicos, em especial os impactos ambientais que ocorrem na área do planalto, local de nascentes e origem das águas que formam a planície alagada do pantanal. Tais danos são causados pelos impactos sinérgicos da construção e uso de hidrelétricas, desmatamento, assoreamento, as monoculturas de soja e algodão, pastagens, mineração, deterioração e destruição de nascentes. Nesse contexto, afirma-se que a melhor forma de proteção do planalto formador da planície alagada é incluí-lo na Lei do Pantanal.

Cabe ressaltar, nos últimos 3 anos foram retomadas as obras e ações para implementar a Hidrovia Paraguai-Paraná, que contará com três portos – Porto Morrinhos, Porto Barranco Vermelho e Porto Paratudal. A Hidrovia já foi tema de intensos debates e processos<sup>4</sup>

Estes fatores de impactos ambientais devem ser encarados, e sobre eles, as comunidades de diferentes matrizes culturais e tradições que habitam o Pantanal devem ser consultadas.

Considerando a gravidade atual dos incêndios, o Poder Público em caráter emergencial, é recomendável buscar constituir uma governança de combate ao fogo, na qual as representações das comunidades tradicionais que vivem no pantanal devem atuar e serem oficialmente ouvidas nos espaços decisório.

Os incêndios no Pantanal é um quadro de um Brasil em chamas, ocorreu no Pantanal como acontece na Amazônia, Cerrado, Mata Atlântica, sul do Amazonas, Araguaia, 46 terras indígenas (TIs).<sup>5</sup>

Acerca desse grave que coloca em risco a segurança jurídica do Estado diante de uma opinião pública, investidores internacionais e a cooperação internacional presente no Brasil e nos estados onde está o pantanal. No cenário de calamidade da COVID-19 e pós-pandemia, parece razoável, em razão de estratégias pragmáticas de curto, médio e longo prazo. Dessa monta, é sugestível ao poder público refletir, apurar, ou realizar ações ou operações em torno das seguintes questões ou relações que cercam as demandas em torno dos incêndios do Pantanal: 1) Investigar e punir desmatadores e incendiários; 2) Prever que depois do desmatamento e limpeza, virá a movimentação do solo para plantio de monoculturas ou feitiço de pasto, a movimentação de solo pode impactar sítios arqueológicos pré-coloniais e históricos, compreendidos como bens culturais e classificados como patrimônio material, dessa maneira, deve ser objeto de monitoramento dos órgãos de fiscalização e de promoção da justiça e da cidadania; 3) Pautar nos debates sobre mudanças climáticas dos Estados de MT e MS, que o agravamento dos efeitos destas mudanças são motivados por fatores antrópicos, dentre estes, aqueles que impossibilitam o adequado aumento no nível dos rios, o pulsar regular das águas, o conseqüente enchimento da planície alagada e logo impede a contenção natural do espalhamento do fogo; 3) Consultar

<sup>4</sup> <http://trf-1.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/1081275/apelacao-civel-ac-10649-mt-20003600010649-5>;

<sup>5</sup> A) <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/2020/08/04/inpe-registra-aumento-de-focos-de-incendio-nos-principais-biomas-brasileiros>; B) [https://jornalggn.com.br/cidadania/amazonia-em-chamas-povo-bororo-perde-arvores-frutiferas-e-medicinais-para-o-fogo-no-mato-grosso/?fbclid=IwAR2ajkXzcolB2ATT6FgfzvdWzURS\\_3ZuOgxZkMMGUFpgr09S-BtqxDLPe6U](https://jornalggn.com.br/cidadania/amazonia-em-chamas-povo-bororo-perde-arvores-frutiferas-e-medicinais-para-o-fogo-no-mato-grosso/?fbclid=IwAR2ajkXzcolB2ATT6FgfzvdWzURS_3ZuOgxZkMMGUFpgr09S-BtqxDLPe6U). Amazônia em Chamas: Povo Bororo perde árvores frutíferas e medicinais para o fogo no Mato Grosso. Segundo o Inpe, 46 territórios indígenas estão com focos de queimadas neste mês de agosto. O povo Paresi também sofre com os incêndios florestais. 21/08/2020. Acesso em 23/08/2020



povos e comunidades tradicionais nos processos de licenciamento sobre o impactos de obras de infra-estrutura ao meio ambiente manejado e ao patrimônio cultural; 4) Estabelecer uma governança para combate de incêndios no Pantanal, composta pelas instituições na linha de frente do combate ao fogo; poder público como Secretaria de Meio-Ambiente, de Finanças, de Planejamento, de Segurança; Assembléia Legislativa, Associação dos Municípios; Organizações da Sociedade Civil, associações e representações de povos indígenas e comunidades tradicionais e pescadores artesanais, Conselhos Estaduais cabíveis para questão, OAB e Ministério Público.

A coexistência das comunidades com o Pantanal compõe um espaço de interação entre três patrimônios, o material, o imaterial e o natural, os quais antropomorfizam a maior área alagada do mundo há pelo menos 8.000 anos antes do presente e acabam por conformar uma paisagem cultural condicionada pelo pulsar das águas. Entretanto, as comunidades são altamente vulneráveis.

Nesse sentido, é pertinente incluir na pauta do poder público sobre povos indígenas e comunidades tradicionais os seguintes pontos sobre os incêndios no Pantanal: a) Oferecer respostas as emergências; b) Criar um Comitê no qual a sociedade civil atue; c) Identificar potencial risco de deslocamento e remoção forçada de povos e comunidades tradicionais; d) Identificar e levantar a infraestrutura existente para o lixo e geração de energia; e) Inventariar e mapear potencialidades de invasão e intrusão de territórios; f) Monitorar o desenvolvimento ilegal ou não controlado; g) Levantar acidentes provocados com os incêndios, prevenir lesões e mortalidades; h) Inventariar os impactos da perda de fontes de subsistência ligadas aos incêndios, como por exemplo, a pesca artesanal e de subsistência e a “dequada” - fenômeno químico causado pelas cinzas carregadas pelas chuvas para os rios, esse contato provoca a falta de oxigenação e o aumento de dióxido de carbono livre e causam a mortandade de peixes.

Sob estes contextos, por fim, chamamos a atenção para que o poder público federal, estadual e municipal dialoguem de forma pragmática e consultem as comunidades para o planejamento de planos de contingenciamento e aprimoramento do combate aos incêndios no Pantanal

Respeitosamente,

Comitê Científico Sobre Mudanças Climáticas e Patrimônio do ICOMOS-BR

Assinam também essa carta:

ICOMOS Brasil – Comitê Científico de Patrimônio Imaterial

ICOMOS Brasil – Comitê Científico de Paisagens Culturais

FORMAD – Fórum Matogrossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento

ECOIA – Ecologia e Ação, Campo Grande/MS

FONASC.CBH - Fórum Nacional da Sociedade Civil nos Comitês de Bacias Hidrográficas

Rede de Comunidades Tradicionais Pantaneira

Instituto GAIA - Cáceres

Rede Pantanal

Associação de pesquisa Xaraiés



Observatório de Políticas Públicas de Enfrentamento da COVID-19 entre povos e comunidades tradicionais/UNEMAT

SAB - Sociedade de Arqueologia Brasileira - Centro Oeste

Fórum de Entidades em Defesa do Patrimônio Cultural Brasileiro – Seção Mato Grosso

ANPUH– Associação Nacional de História, GT Patrimônio Cultural de Mato Grosso do Sul

OAB/MT - Comissão em Defesa da Igualdade Racial